

Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Nem se preocupe

O presidente da Câmara, Arthur Lira, fez chegar a aliados do presidente Lula que não levará adiante o pedido de impeachment apresentado pelos opositoristas tomando por base as declarações sobre o conflito entre Israel e Hamas.

Ângulo de desvio

Os petistas viram um “gol” do presidente Lula nas declarações sobre as ações do governo de Israel. Consideram, por exemplo, que o petista tirou de cena o ato de 25 de fevereiro, em São Paulo, convocado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. De quebra, ainda aglutinou os governos de esquerda.

Jogo calculado

A fala do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), sobre a comparação “impertinente” de Lula do conflito de Gaza com o Holocausto, vem no sentido de abrir uma brecha para que o presidente possa refazer a sua declaração. Só tem um probleminha, colocado pelo ministro Paulo Pimenta: Israel distorce as palavras de Lula e, nesse sentido, fecha-se a janela aberta pelo senador.

E a lista só cresce

Lula ainda não decidiu se vetará o fim da saidinha temporária de presos, mas alguns aliados ouvidos pela coluna juram que a tendência é essa. Ocorre que o governo já está criando arestas demais com o Congresso. Por isso, tem senadores dispostos a convencer o presidente a não vetar integralmente a proposta.

A nova onda de Pacheco

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, voltou do recesso disposto a manter uma distância regulamentar do presidente Lula. No embalo da independência, cobrou uma “retratação” do presidente no quesito Israel e as comparações da ação em Gaza ao Holocausto. De quebra, colocou para votar o fim das “saidinhas”. Entre os aliados do senador, há quem diga que o movimento é calculado. O PSD, embora afinado com o Planalto, não compactua com a ideologia petista e tem afinidades com o conservadorismo. É hora de tentar resgatar esse eleitorado desde já.

Em tempo: daqui para frente, a tendência é o presidente do Senado apoiar a regulamentação da reforma tributária e estabelecer limites que deem mais nitidez ao seu viés político em outros temas. Aliás, ao que tudo indica, Pacheco e o presidente da Câmara, Arthur Lira, acabam de trocar de posição. O senador toma distância do Planalto, enquanto o deputado se aproxima. Essa é a largada do ano eleitoral.



CURTIDAS



Defesa na lida/ O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, e o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-dor Marcel Damasceno (foto), abriram a série de debates da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) de 2024. A ideia é aproximar as Forças Armadas do setor produtivo e ampliar o conhecimento sobre o trabalho dos militares. O comandante Damasceno lembrou que 20% dos casos de dengue do país estão no DF.

Aliás.../ As Forças Armadas avaliam a instalação de um segundo hospital de campanha para cuidar dos pacientes com dengue no país. A previsão é que seja montado no Rio de Janeiro.

Fome de tribuna/ Por volta das 18h, a Câmara registrava 120 deputados inscritos para falar. Sinal de que a turma voltou disposta a partir para o enfrentamento e mandar seu recado ao eleitor.

Climão/ A contar pelo clima beligerante no plenário, o mês de março será dedicado a tentar organizar o Congresso.

Boulos & Nunes/ Até aqui, a contar pela pesquisa do Instituto Paraná, divulgada esta semana, o eleitor paulistano tende a polarizar a disputa para a prefeitura entre Guilherme Boulos e Ricardo Nunes, tal e qual polarizou a nacional com Lula e Bolsonaro.

DEPOIMENTOS

Torres quer falar; Bolsonaro, não

Oitivas dos dois sobre a tentativa de golpe de Estado estão marcadas para amanhã. Expectativa é que ex-ministro colabore com a PF

» RENATO SOUZA

AFP



Torres com Bolsonaro: ex-ministro acena com colaboração em depoimento à PF, ao contrário do ex-presidente

Investigadores da Polícia Federal avaliam que o ex-ministro da Justiça, Anderson Torres, deve fornecer elementos importantes para o curso das diligências sobre a tentativa de golpe de Estado que culminou nos atentados de 8 de janeiro do ano passado, em Brasília. Torres tem dito a pessoas próximas que vai colaborar com as autoridades e responder a todas as perguntas que forem feitas a ele, amanhã, na oitiva simultânea dos acusados de envolvimento com o caso. Além do ex-ministro, também vai depor, no mesmo horário, o ex-presidente Jair Bolsonaro e militares acusados de participação na trama golpista.

De acordo com informações obtidas pelo Correio, Anderson Torres pretende fornecer novas informações sobre o envolvimento de Bolsonaro no caso, tendo em vista que a delação do tenente-coronel Mauro Cid — ex-ajudante de ordens do ex-presidente — forneceu, por meio de delação, evidências e detalhes de reuniões que ocorreram para manter Bolsonaro no poder. Além disso, Mauro Cid apresentou documentos e relatou encontros que ocorreram para tentar colocar em prática a anulação do resultado das eleições de 2022.

Além disso, Torres — na época dos atentados ele era secretário de Segurança Pública do Distrito Federal — também teria detalhes sobre a atuação da cúpula da Polícia Militar da capital, inclusive de oficiais que ainda estão em liberdade, em relação ao 8 de janeiro. Uma das possibilidades que preocupam os investigadores é que militares da corporação policial tentem interferir no andamento das investigações

no sentido de coagir outros acusados para que não revelem tudo o que sabem. A PF optou por realizar as oitivas simultaneamente, a fim de evitar que os suspeitos combinem os depoimentos.

Nas últimas semanas, cresceram os rumores de que integrantes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) poderiam firmar acordo de delação. Com isso, Anderson Torres é pressionado a informar o que sabe sobre a participação de Bolsonaro e outros a fim de que não seja responsabilizado por falhas e omissões relativas aos atos de 8 de janeiro. As diligências estão na fase final e, à medida que as investigações avançam, fecham as possibilidades de que a PF e o Ministério Público concordem com pedidos de delação dos envolvidos. Com o

surgimento de mais provas, as delações se tornam dispensáveis, evitando, assim, o abate de pena dos envolvidos.

Direito ao silêncio

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) reiterou, ontem, que não vai responder aos questionamentos da PF no inquérito que apura a tentativa de golpe de Estado. A defesa informou ao delegado federal Fábio Alvarez Shor, que conduz a investigação, que o ex-presidente ficará em silêncio. Por isso, os advogados pediram que ele fosse dispensado de comparecer à PF.

“Uma vez que o petionário fará uso do direito ao silêncio nos termos da presente manifestação, requer seja dispensado do comparecimento pessoal,

conforme já discutido previamente com Vossa Excelência em outras oitivas, notadamente, em virtude de preocupações relacionadas à logística e à segurança”, diz a manifestação.

A comunicação foi enviada ao delegado depois que o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido para suspender o depoimento. A defesa havia requisitado que Bolsonaro só fosse ouvido depois de ter acesso às mensagens recuperadas pela PF nos celulares de seus aliados, apreendidos na investigação.

Moraes, por sua vez, alegou que os advogados já têm acesso integral aos autos e que apenas diligências em andamento e a delação do tenente-coronel Mauro Cid estão em sigilo. O ministro concluiu que não havia

justificativa para o adiamento e cravou que não cabe ao ex-presidente, na condição de investigado, escolher data e horário do seu interrogatório.

Em nova manifestação, ontem, a defesa de Bolsonaro insiste em ter acesso aos diálogos e afirma que o ministro Alexandre de Moraes não demonstrou “concretamente” por que a investigação pode ser prejudicada se o ex-presidente estiver a par das conversas. Outro argumento é que os advogados só tiveram acesso aos autos ontem, e não teriam tempo hábil para preparar a defesa.

Joias árabes

O Partido Progressista (PP) entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar anular a investigação do caso das joias árabes, que atinge o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O partido sustenta que o inquérito não poderia ter sido aberto por iniciativa do ministro Alexandre de Moraes sem uma posição anterior da Procuradoria-Geral da República (PGR). Também alega que Moraes não é imparcial e que o caso deveria tramitar na primeira instância.

“Cidadãos estão sendo submetidos à infundada e ilegítima investigação travestida de ‘Petição’ violadora de inúmeros princípios constitucionais e indevidamente conduzida por órgão incompetente e por relator/julgador desprovido de imparcialidade, o que lhes ocasiona diuturnamente prejuízos irreparáveis”, diz um trecho da ação. O PP pede que a investigação seja suspensa em caráter liminar até o STF julgar os argumentos apresentados pelo partido.

Zema não vai “impor” vacina

Alvo de uma reclamação no Supremo Tribunal Federal (STF) por anunciar que a vacinação não seria pré-requisito para a matrícula de estudantes na rede pública estadual, o governador de Minas, Romeu Zema (Novo), reiterou o posicionamento em manifestação enviada à Corte. No ofício, ele afirma que a apresentação do cartão de vacinação nunca foi obrigatória no estado e reitera que não vai “impor obstáculos burocráticos” à matrícula de estudantes não vacinados.

Zema disse ainda ao STF que o vídeo publicado nas redes sociais, que deu origem ao processo, foi uma “manifestação singela e elucidativa” para informar as famílias sobre a “inexistência de impedimentos à matrícula escolar, decorrentes de eventuais retardos ou omissões no acompanhamento do calendário vacinal”.

“Cabe destacar que a imunização de crianças, adolescentes e adultos, em Minas Gerais, é recomendada em consonância com calendário nacional de vacinação, sendo que diferentes imunizantes estão disponíveis gratuitamente”, afirma o governador.

As informações foram prestadas a pedido do ministro Alexandre de Moraes. Ele vai analisar se o governo de Minas está cumprindo a decisão do próprio STF que, no auge da pandemia, determinou a vacinação completa de menores de 18 anos contra a covid-19.

O processo foi aberto depois que o governador afirmou, em um vídeo gravado ao lado do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) e do senador Cleitinho (PL-MG), que “todo aluno, independentemente de ser ou não vacinado, terá acesso às escolas”.